

PMS / FMLEF BIBLIOTECA	
Jornal:	A TARDE
Data:	31/07/16
Caderno:	Página:
A	7
Seção:	
Assunto:	
Louos	

AUDIÊNCIA Projeto da nova lei municipal teve 78 emendas acatadas – 38 de vereadores e 40 de participação popular

Relatório final da Louos é apresentado

ANDERSON SOTERO

Com um auditório esvaziado, o projeto sobre a nova Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos) teve ontem seu relatório final lido em audiência pública, no auditório do Centro de Cultura da Câmara de Vereadores. No total, o projeto teve 78 emendas acatadas – 38 de vereadores e 40 de participação popular.

A leitura, que foi feita pelo vereador Leo Prates (DEM), relator da matéria, teve início por volta das 8h30 com apenas 20 pessoas que assistiam a audiência. Na ocasião, Prates leu as 55 páginas do projeto de lei.

O vereador ainda defendeu na audiência o voto dele pela aprovação da Louos e disse, ao comparar com a Assembleia Legislativa (AL-BA), que nenhuma casa legislativa fez “um processo tão transparente como fizemos”.

A audiência transcorreu sem incidentes e protestos, com exceção de alguns arquitetos que estavam presentes e fizeram críticas ao final da sessão. Vereadores de oposição não compareceram à leitura do documento – exceto Arnando Lessa (PT), que chegou ao local por volta das 10h30.

Amanhã, a Comissão Conjunta, presidida pelo vere-



Pelo menos 20 pessoas assistiram a leitura do documento no auditório do Centro de Cultura da Câmara

Relatório ainda tem que ser aprovado por três comissões. Votação tem início amanhã

ador Cláudio Tinoco (DEM), apreciará, às 8h30, o relatório final da Louos.

Segundo Prates, o relatório precisa ser aprovado por três comissões: Constituição e Justiça, Orçamento e Fiscalização e Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

“Amanhã iniciará o processo de votação nas comissões. Se houver pedido de vistas, só será concluído na

quinta-feira. A partir daí, o presidente da Casa (vereador Paulo Câmara) pode decidir qual a data de votação”, afirmou Prates.

O relatório final inclui o conteúdo do projeto e as emendas. Diferente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado recentemente e que destaca o que pode ser construído na cidade, a

Louos indica como se pode construir.

Essa lei orienta e disciplina a implantação de atividades e empreendimentos no município, além de determinar de que forma cada propriedade pública ou privada pode ser edificada ou utilizada.

Durante a leitura, o relator do projeto afirmou que o PDDU foi acusado de não dia-

logar com projetos estaduais e disse que já havia mencionado, na audiência, o metrô e a avenida 29 de Março.

Prates classificou a Louos como “revolucionária” para pessoas com deficiência porque prevê alguns artigos sobre o tema e ressaltou que o projeto de lei atende “principalmente ao cidadão e aos pedestres e que dialoga com o pequeno comércio”, referindo-se a críticas de que o foco seria o mercado imobiliário.

Sombreamento

Sobre o gabarito para construção na orla e o possível sombreamento nas praias, Prates disse que os parâmetros urbanísticos que estão sendo utilizados vedam o sombreamento das 9h às 15h.

O arquiteto e urbanista Carl von Hagenschild estava na audiência e criticou o fato de o conteúdo do projeto de lei não ter sido exposto em um telão para que as pessoas pudessem acompanhar a leitura. Ele reclamou, também, do documento não ter sido publicado com antecedência. “Era necessário publicar para que pudessemos analisar essa maçaroca de aspectos técnicos”, afirmou. O relator respondeu e disse que o regimento interno não o obrigava a publicar.

Edilson Lima / Ag. A TARDE